O microempreendedorismo popular e a produção do espaço urbano nas favelas da Cidade do Rio de Janeiro: entre as estratégias de sobrevivência e à afirmação de outros sentidos para a organização material da vida¹

Popular micro-entrepreneurship and the production of urban space in the slums of Rio de Janeiro: between survival strategies and the affirmation of other meanings for the material organization of life

DOI: 10.46814/lajdv3n3-049

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 31/06/2021

Ana Paula de Moura Varanda

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, com período sanduiche na Universidade de Coimbra.

Rua Anita Garibaldi, 37/1003. Copacabana/RJ. Cep: 22041-080.

E-mail: varanda.anapaula@gmail.com

RESUMO

As reflexões apresentadas neste artigo objetivam compreender as características assumidas pelo microempreendedorismo popular à luz de questões relacionadas ao direito à cidade, aos elementos de desigualdade que marcam a estrutura ocupacional no país e às expressões político-identitárias e culturais de que são portadores. Destas análises, emergem contribuições necessárias à proposição de programas e ações que dialoguem com práticas de solidariedade, cooperação e reciprocidade nos espaços urbanos periféricos.

Na abordagem destes processos destacamos o papel das diferenças culturais na produção do espaço, evidenciando tensões entre ações do Estado - influenciadas por lógicas que buscam impor uma paisagem e um modo de vida hegemônico - e as criações e construções relacionadas ao *vernacular*, inscritas na vida cotidiana de moradores de territórios populares da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: economia popular, processos identitários, planejamento e gestão urbana

ABSTRACT

The reflections presented in this article aim at understanding the characteristics assumed by popular micro-entrepreneurship in the light of issues related to the right to the city, to the elements of inequality that mark the occupational structure in the country, and to the political-identity and cultural expressions they bear. From these analyses emerge necessary contributions to the proposition of programs and actions that dialogue with practices of solidarity, cooperation and reciprocity in peripheral urban spaces.

In addressing these processes we highlight the role of cultural differences in the production of space, highlighting tensions between actions of the State - influenced by logics that seek to impose a

¹ Uma versão inicial deste artigo, sob o título *Trabalhadores (as) da economia popular e espaço urbano: possibilidades e desafios à construção de estratégias de sobrevivência e políticas de solidariedade, identidade e autonomia*, foi originalmente publicada e apresentada no Grupo de Trabalho *Gestão Espacial: Horizontalidades e/ou Verticalidades?*, do V Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações, realizado em Cuiabá, em novembro de 2013. As reflexões também incorporam os resultados das atividades de pesquisa de campo para a elaboração de tese de doutorado em Geografia, realizadas ao longo de 2015, apoiada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES), sob o processo 99999.006036/2014-07.

hegemonic landscape and way of life - and the creations and constructions related to the vernacular, inscribed in the daily lives of residents of popular territories of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: popular economy, identity processes, urban planning and management.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo geral refletir sobre a configuração dos pequenos negócios populares como estratégia de sobrevivência e organização material da vida praticada por moradores de áreas periféricas da Cidade do Rio de Janeiro. Na abordagem das diferentes dimensões envolvidas na permanência e difusão destas iniciativas, o estudo dialoga com autores que vêm se destacando em análises renovadas sobre distintas formações identitárias na leitura das práticas socioespaciais.

Nesse universo de ocupações é possível identificar trajetórias, motivações e percepções diferenciadas sobre o trabalho por conta própria, abrigando deste o desempenho de atividades percebidas como transitórias, um *bico*, diante de situações de desemprego, a iniciativas que se configuravam como a escolha mais racional, planejada e desejada por seus praticantes. As narrativas deste segundo grupo, em que se situava a grande maioria dos trabalhadores/as entrevistados durante a pesquisa (cerca de 80%)², nos traziam aspectos que correlacionavam a configuração destas práticas de inserção socioprodutivas aos contextos de vida, hábitos culturais e valores estéticos de moradores das favelas. Caracterizando, desta forma, a compreensão espacializada das diferenças culturais na produção do espaço urbano, como um fator relevante à proposição de programas e ações governamentais que tenham convergência com as características e tipologias assumidas por microempreendimentos de natureza, sobretudo, familiar nas áreas pesquisadas. As reflexões encontram-se fundamentadas no levantamento de dados secundários e entrevistas realizadas junto a moradores/as e trabalhadores/as da economia popular do Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro; e da Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste da Cidade.

As atividades econômicas, que caracterizam os circuitos produtivos da economia popular no contexto das periferias e favelas, evidenciam relações sociais e normas de convivência específicas desenvolvidos por segmentos da população. Grande parte destas atividades produtivas é realizada de maneira informal. A informalidade pode ser compreendida, neste estudo, como a produção, a circulação de mercadorias e o estabelecimento de formas de cooperação que desobedecem às regras determinadas para o desempenho de atividades econômicas.

² Durante o período de maio a outubro de 2015, realizamos cerca de 47 entrevistas com representantes do comércio popular da Cidade de Deus e do Complexo do Alemão (RJ).

Nestes casos, o informal distingue-se do ilegal na medida em que a produção, o consumo e a venda dos produtos/serviços, negociadas neste comércio, não encontram-se proibidas por lei e, portanto, a sua comercialização não constitui crime. A utilização da denominação paralegal, para caracterizar estas atividades, nos parece mais adequada. Também é importante mencionar que as atividades econômicas informais pesquisadas não se confundem, necessariamente, com o comércio ambulante, uma vez que pode existir comércio ambulante formal ou comércio fixo informal. A distinção entre o formal e o informal não se trata de uma simples dicotomia, mas de níveis maiores ou menores de informalidade.

O artigo também aborda as diferentes dimensões que caracterizam as relações entre economia popular e produção do espaço urbano, como contribuição ao desenvolvimento de políticas emancipatórias, a partir de uma perspectiva de reconfiguração da noção de esfera pública na conjuntura atual das cidades. Refletimos sobre a necessidade de abertura de canais efetivos que permitam a ampliação dos processos de democratização e participação popular na afirmação do direito à cidade de moradores dos espaços populares.

A seguir, apresentamos as principais categorias conceituais a serem acionadas na leitura e compreensão destas questões e problemáticas, através da estruturação de três eixos de análise: vida cotidiana, cultura e produção social do espaço urbano; economia popular, segurança e biopolítica nas favelas do Rio de Janeiro; e planejamento urbano e economia popular: a negociação do (no) cotidiano.

2 VIDA COTIDIANA, CULTURA E PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

Partimos das análises de Lefebvre (2008) para a compreensão do urbano enquanto uma realidade em formação, que não se encerra em uma concepção de racionalidade capitalista, de divisão social do trabalho aplicada ao espaço, apenas. A cidade também se apresenta como *obra*, no sentido de representação da criação humana em suas dimensões simbólica e cultural que pode ser observada em modos de produção distintos. Nas leituras sobre a produção social do espaço urbano, Lefebvre (2008) destaca o papel da cidade como mediação entre a ordem próxima e distante. Como *obra*, o espaço urbano não é apenas instituído, é também apropriado e remodelado por diferentes grupos sociais segundo seus parâmetros estéticos e éticos.

Desta forma, o espaço urbano não se submete à existência, desejada pela ação hegemônica, de unidade disciplinarizada. Existem os espaços aliados da ação tática e resistente, que contrariam os interesses hegemônicos preocupados com a instituição de uma racionalidade invasora de todas as esferas da vida. De fato, a burocratização da *vida cotidiana* pode levar ao domínio da *forma* sobre os processos, que, para Lefebvre (1991), acontece quando a regra assumida sem a reflexão crítica de seu conteúdo se impõe ao movimento da vida quando alienação. Lefebvre (1991) sustenta que, apesar da

força da burocratização, a verdadeira potência de transformação social pode estar na esfera da *vida cotidiana*.

Estas duas lógicas de organização e produção espacial, presentes nas cidades, também são expostas por Zukin (2000), através da tensão entre a paisagem hegemônica e o *vernacular*, representado pelas construções e criações dos sem poder, que muitas vezes, se contrapõem às intencionalidades hegemônicas de expansão física, econômica e simbólica que buscam se instalar sobre seus territórios. Atualmente, presenciamos uma capacidade de imposição estética, aliada às ideologias de modernização, que implica de forma cada vez mais intensa na remoção do *vernacular*, ou seja, das estruturas físicas e das práticas sociais de apropriação do espaço urbano desenvolvidas pelas camadas populares.

Na compreensão destas práticas sociais torna-se relevante o conceito de cultura como fundamento para os sentidos da ação e seu caráter de regulação em processos de transformação social. A cultura pode ser compreendida enquanto:

“(..) sistemas ou códigos de significado [que] dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas ‘culturas’. Contribuem para assegurar que toda ação social é ‘cultural’, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (Hall, Stuart, 1997).

As diferenças culturais são atravessadas por relações de poder desiguais que também colocam como questão os limites de nosso regime democrático e seus aparatos de legitimidade. Neste aspecto, tendo como referência Silva (2009), torna-se necessário refletirmos sobre diretrizes que possam atuar na reconfiguração da noção de esfera pública nas cidades, enquanto um espaço social de interação, negociação e representação política de diferentes formações identitárias. A formação identitária é compreendida por Silva (2009) como:

“(...) uma abstração conceitual que arrolamos para nos referirmos ao contexto de articulação das identidades no que tange ao conteúdo simbólico e às mobilizações de recursos reestruturantes da política no campo democrático das práticas sociais. Para operacionalizarmos o conceito de formações identitárias, utilizamos o conceito de fronteira, que concebemos como um lugar simbólico onde o outro começa a se fazer presente. As formações são, assim, um espaço simbólico e político que está presente na dinâmica da sociedade civil atual contemporânea” (Silva, 2009:16).

As diferentes temporalidades e historicidades que caracterizam os espaços urbanos se expressam na afirmação de espacialidades distintas entre grupos sociais, compreendidas pelo inter-relacionamento entre categorias sociais de pertencimento específicas. Isto significa lidar com uma complexidade de anseios, demandas e direitos que tencionam os limites do caráter representativo dos regimes democráticos, no sentido da configuração de ambientes institucionais participativos que

efetivamente assegurem o reconhecimento das diferenças culturais, em seu caráter dinâmico e processual.

Outro ponto que emerge destas discussões, no âmbito das políticas direcionadas aos empreendimentos populares nos territórios abordados neste estudo, diz respeito às relações entre cultura e economia, evidenciadas, sobretudo, no incentivo à produção, distribuição e consumo de bens imateriais e simbólicos. Tais iniciativas, muitas vezes, se inserem nas noções de economia da cultura, ou de economia criativa, que se afirmam sob a compreensão de que a produção de conhecimentos, de informações e a criatividade se configuram como produtos que desempenham um papel fundamental nas estratégias de desenvolvimento e de acumulação capitalista³. Esta conjuntura vem estabelecendo conexões entre temáticas relativas às questões de identidade e de diversidade cultural na configuração de um mercado de bens simbólicos, onde o *comércio das diferenças*, sobretudo, orientado a um fluxo global de produtos e serviços, vem assumindo cada vez mais centralidade nas estratégias de competitividade econômica entre cidades (Pitombo 2011).

Essa dinâmica pode ser identificada nas relações entre capital e *modos de vida* manifestadas em projetos de incentivo à ressignificação de memórias coletivas e sua materialização em alternativas de geração de trabalho e renda, por meio da produção artesanal e da moda. Em tais situações observamos um esvaziamento das concepções clássicas de cultura, enquanto um conjunto de significações para as práticas sociais - tendo, portanto, um papel político de destaque e abrangente nas discussões sobre as finalidades das estratégias de desenvolvimento – para a sua afirmação enquanto um meio para se atingir outros objetivos, como a geração de riqueza.

Na cidade do Rio de Janeiro, as políticas de incentivo ao artesanato e à moda nos territórios abordados neste estudo, implantadas pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário⁴, da prefeitura, durante a realização das atividades de pesquisa, podem ser compreendidas como exemplos desta dinâmica⁵. A organização e a seleção de empreendedores/as das favelas para a participação em eventos direcionados a um mercado de alto poder aquisitivo, como o Fashion

³ Este setor é apontado como um dos mais rentáveis na atualidade, gerando milhares de empregos e tendo um impacto relevante na composição do produto interno bruto de vários países. De acordo com Pitombo (2011): “*As cifras milionárias da indústria do simbólico são alardeadas por incontável número de analistas e estudiosos do tema, como forma de demonstrar e legitimar a importância que esse novo setor produtivo vem assumindo para a geração de riquezas que movimenta o mundo*” (Pitombo, 2011:93).

⁴ A Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário foi criada em 2009 e extinta em 2016, com a incorporação de seus programas e atividades à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação, do município do Rio de Janeiro, em 2017.

⁵ Embora o apoio a estas iniciativas não explicita a noção de economia criativa, as estratégias de promoção destes bens, muitas vezes, acionam o conteúdo simbólico de terem sido produzidos por moradores de favelas e de expressarem um design específico relacionado a esta identidade. Também é comum a comercialização destes bens através de ONGs que tomam para si as etapas de maior agregação de conhecimento e informação, através do desenho de coleções e estratégias de marketing, sendo a produção, em si, das peças realizadas por moradores de áreas pobres.

Business⁶, se insere no âmbito dos debates contemporâneos sobre estratégias de governo e de segmentos empresariais em conferir uma identidade aos produtos brasileiros, sobretudo, no exterior. Neste caso, a identidade é percebida como atributo de mercadorias que, de acordo com estes segmentos, refletem a diversidade cultural brasileira.

O incentivo a estas iniciativas ocorria em meio a uma conjuntura de conflitos por cidadania, envolvendo diferentes lutas pelo direito à cidade, dentre as quais a manutenção e o incentivo às estratégias de inserção produtiva, praticadas pelas camadas populares. Neste sentido, compreendemos que o apoio às ações de geração de trabalho e renda nos territórios populares deva se pautar por uma concepção mais abrangente de cultura que permita a afirmação de uma política de alteridade.

Sendo assim, as políticas de assessoria e apoio a empreendedores populares, que possuam uma relação mais explícita com a produção e difusão de bens simbólicos, expressões artísticas e relacionadas à construção de conhecimento, ao incentivarem o direcionamento destes produtos a um mercado de alto poder aquisitivo, muitas vezes, terminam por aprofundar mecanismos de desigualdade social. Nery (2011) exemplifica este processo ao analisar o caso de algumas associações entre estilistas e grupos de artesãos e costureiras de áreas empobrecidas, que sob sua *coordenação criativa* e, em nome de um apelo à *responsabilidade social*, desenvolvem coleções direcionadas aos mercados interno e externo, onde os conceitos de autenticidade e identidade, no plano da moda, conferem um valor especial ao rústico, à utilização de técnicas tradicionais e materiais alternativos pelas camadas populares.

Há também a necessidade de se ampliar as concepções sobre atividades produtivas, compreendidas como integrantes de um *modo de vida*, passíveis de terem seu reconhecimento incentivado pelas políticas públicas. As iniciativas de economia popular, que se inscrevem no contexto da *vida cotidiana* de moradores de áreas periféricas da Cidade do Rio de Janeiro, são compreendidas, neste estudo, como expressão cultural destes grupos, sinalizando para motivações e práticas que conduzem à compreensão do trabalho informal não só como estratégia de sobrevivência, mas, também, como experiência criativa e inovadora.

A economia popular abrange uma diversidade de iniciativas, organizações produtivas e comunitárias, empreendidas pelas classes populares, que perpassam diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo (Icaza e Tiriba, 2003, Quijano, 2014). Caracterizadas por relações de informalidade, vizinhança, reciprocidade, pela utilização de redes primárias de relacionamentos na contratação da contratação de mão de obra, por seu papel na auto reprodução das estruturas familiares

⁶ O Fashion Business é uma bolsa de negócios que ocorre durante a realização do Fashion Rio, evento organizado pelo Sistema Firjan e o SEBRAE, com o objetivo de incentivar a cadeia produtiva da moda no país.

e não na acumulação de riquezas, a economia popular tem na dimensão espacial, especialmente nos centros urbanos, um forte vínculo para o desenvolvimento de suas estratégias.

Na análise desses processos, a reflexão sobre categorias analíticas da teoria crítica do espaço torna-se fundamental. Uma destas categorias é representada pelo conceito de território, que para Ribeiro (2003) pode ser potencializado a partir da compreensão de sua função enquanto *ponte* entre a teoria crítica do espaço e a ação política, caracterizada enquanto mediação e contexto.

O núcleo central do conceito de território abordado neste estudo expõe o sentido de apropriação sobre um determinado espaço, em suas dimensões política e afetiva, orientadoras do sentido da ação social. Para Silveira (2011), na primeira dimensão analítica, evidenciam-se as formas de controle e de poder sobre uma porção do espaço por parte de instituições ou grupos; a segunda é compreendida pelas práticas materiais e expressões simbólicas de distintos grupos sociais, definidas a partir de elementos de identidade e de cooperação. Nesta segunda dimensão, estariam envolvidos atributos de uma territorialidade específica, ou seja, ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, de acordo com a autora.

3 ECONOMIA POPULAR, SEGURANÇA E BIOPOLÍTICA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

A grande maioria dos empreendimentos inseridos da chamada economia dos setores populares é desenvolvida na informalidade. A presença histórica do trabalho informal nas cidades apresenta-se como um campo de discussão bastante polêmico, onde encontramos, com frequência, abordagens baseadas em pelo menos uma das três noções apresentadas abaixo:

"A ideia de descontinuidade/sazonalidade das iniciativas; a ideia da ida para a informalidade como resultado da impossibilidade de permanecer no mercado formal; A ideia de que os que estão na economia informal estão fora do mundo do trabalho ou são facilmente confundíveis com os que desenvolvem práticas ilícitas ou ainda que as fronteiras entre ambos são tênues" (Informalidade e Cidadania, 1997:34).

Apesar da frequência com que estas noções são utilizadas, não encontramos na literatura socioeconômica consenso com relação à definição, significado, natureza e composição do setor informal. A informalidade não está presente somente ao nível das atividades econômicas dos trabalhadores (as) abordados neste estudo, mas permeia vários aspectos da vida social destes, como, por exemplo, o uso do solo e o acesso aos equipamentos e serviços urbanos. No entanto, suas práticas socioprodutivas não se realizam de maneira totalmente informal. A relação com o formal pode se dar na aquisição das mercadorias e no estabelecimento de critérios para a concessão de licenças, no caso de ambulantes, para a fixação de pontos de comercialização de produtos e/ou prestação de serviços,

onde o poder público negocia a legalização até certo limite. Neste sentido, não há como supor a nítida existência de um setor que se mantém na informalidade em contraposição a outro totalmente formal.

A ampliação expressiva do trabalho informal e por conta própria na Cidade do Rio de Janeiro guarda relação com os processos de reestruturação econômica, presenciados a partir da década de 80 no país, com a precarização de relações de trabalho e a reorganização de estruturas espaciais e urbanas. Como consequência, observamos um aprofundamento do caráter concentrador e excludente do desenvolvimento brasileiro, decorrente de dinâmicas de deslocamento territorial de atividades produtivas, processos de desindustrialização, desemprego e aumento do trabalho informal, que atingem de forma mais intensa as grandes regiões metropolitanas do país.

Na conjuntura atual da Cidade do Rio de Janeiro, aos aspectos relacionados acima, somam-se os efeitos da aliança entre capital financeiro e mercado imobiliário que resultou na escolha da Cidade do Rio de Janeiro como sede da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016. Assistimos a um acirramento dos processos de valorização imobiliária e de expulsão das populações mais pobres da Cidade, com a remoção de moradias localizadas nos eixos das obras de infraestrutura para a recepção destes megaeventos e o aumento do custo de vida nos territórios populares. A criminalização da pobreza e o combate às estratégias e táticas de sobrevivência e de inserção urbana, praticadas pelos trabalhadores (as) da economia popular, tiveram na política de segurança pública adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora⁷, sua principal expressão.

Presenciamos processos que podem ser compreendidos a partir da concepção de instalação de sociedades biopolíticas. Conforme demonstra Foucault (apud Agamben, 2002), ao longo da modernidade, há uma passagem do poder disciplinar, com foco no corpo do indivíduo, ao biopoder, que caracteriza a extensão dos mecanismos de poder à *vida natural* ou *vida nua*, como define Agamben (2002).

A política de segurança e de controle sobre a circulação de pessoas e a normatização de usos dos espaços, na Cidade do Rio de Janeiro, se faz sob a perspectiva de que seus moradores e usuários compreendem *populações*, representando um corpo abstrato. Na abordagem desenvolvida Sean (2008), a biopolítica é compreendida como a administração da vida de *populações* em diferentes dimensões,

⁷ Implantada a partir de 2008, como modelo segurança pública para as áreas dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias no Estado do Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora são bases da polícia militar instaladas nestas localidades. A partir do processo de instalação tem-se início diversas medidas no sentido de promover a regularização dos serviços urbanos, obras de infraestrutura, a normatização do uso de espaços e a articulação de ações sociais. Sua adoção nas favelas foi acompanhada por um grande número de denúncias de violações aos direitos humanos, com o estabelecimento de rotinas e normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais e a realização de festas e atividades culturais; abordagens violentas de moradores; práticas de extorsão; e, em algumas situações, a continuidade da convivência com o tráfico de drogas e/ou com grupos de milicianos.

tais como: condições de saúde, mortalidade, aspectos reprodutivos. No âmbito deste estudo, podemos acrescentar, ainda, questões relacionadas à segurança, trabalho e mobilidade.

Ela também diz respeito a aspectos relativos ao *meio* relacionando elementos naturais, sociais e econômicos que influenciam as condições de vida de diferentes grupos populacionais. Esta abordagem traz um esvaziamento da ideia de sujeito e dos processos de subjetivação que implicam na conformação dos mecanismos de poder. A ideia de *população*, expressa acima, remete a uma soma de indivíduos, o que leva à caracterização de um cidadão unívoco e abstrato, evidenciando a pretensão de que o governo local atua com base em um consenso, sendo as reações, a este agir, marginais ou secundárias ou daqueles que desejam a desordem. Com esta ideia de consenso institui-se a negação das diferenças e da diversidade de formações identitárias presentes na produção social do espaço urbano.

É comum na relação entre os agentes do Estado e os trabalhadores (as) da economia popular e informal encontrar o recurso, por parte do poder público, a elementos culturais que influem na produção de uma imagem de desordem associada às suas formas de organização socioespaciais. As intervenções no sentido da regulamentação do comércio ambulante nos espaços públicos e dos pequenos negócios, que compreendem a economia popular e informal, partem da suposição de que a presença destes atores sociais – tradicionalmente associados a uma imagem de pobreza e precariedade de condições de vida – é a causa da deterioração e consequente desvalorização de áreas urbanas.

As análises deste estudo apoiam-se em levantamentos de dados secundários, participações em reuniões e entrevistas realizadas com os trabalhadores/as do comércio popular nos territórios populares do Complexo do Alemão e da Cidade de Deus; nos remetem a problemáticas relativas às dinâmicas socioeconômicas e de segurança pública que vinham caracterizando as intervenções do poder público, no sentido das estratégias de regulamentação da comércio informal, entre os anos de 2010 e 2015.

O Complexo de favelas do Alemão, localizado na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, é uma região que a partir da década de 80 passou por um processo de esvaziamento industrial, com a realocação de empresas, sobretudo, em municípios localizados fora da região metropolitana do Rio de Janeiro. Como resultados desta dinâmica, ao longo das últimas décadas o local passou por grande deterioração das condições de vida e de habitação. As intervenções recentes realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a instalação de um teleférico interligando a estação do trem no Bairro de Bonsucesso a seis estações localizadas em morros que fazem parte do seu conjunto de favelas, aliadas ao processo de *pacificação*, iniciado em 2010, intencionavam inserir o local em circuitos turísticos, inclusive, em âmbito internacional. A Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi criada na década 60, para abrigar moradores removidos de diversas favelas localizadas, especialmente, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Assim como o Complexo do Alemão, a Cidade de Deus é conhecida por apresentar uma forte territorialização do tráfico de drogas.

Estes dois territórios populares foram inseridos na política de *pacificação* implementada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora. No período de realização das atividades de pesquisa, eram comuns os relatos de processos de valorização imobiliária, de combate às atividades produtivas informais (desenvolvidas, historicamente, pelos moradores) e de violações aos direitos humanos praticados a partir da instalação da UPPs nestes locais.

Esta concepção de intervenção pública destinada aos territórios populares, caracterizada pelo viés da segurança e por medidas de controle social, se mantém, apesar do enfraquecimento atual da proposta original das UPPs. Subjacentes a estas diretrizes, pode-se identificar a compreensão das favelas da cidade como *espaços de exceção*, no sentido atribuído por Agamben (2002), através da noção de *campo*, como um local definido fora do ordenamento jurídico normal, onde se admite a suspensão de direitos.

4 PLANEJAMENTO URBANO E ECONOMIA POPULAR: A NEGOCIAÇÃO DO (NO) COTIDIANO.

Os trabalhadores da economia popular representam um dos segmentos mais afetados pelos processos de valorização imobiliária e empresariamento urbano⁸ na Cidade do Rio de Janeiro, comumente impactados por medidas de repressão e criminalização de suas táticas e estratégias de inserção socioeconômica na vida urbana, legitimadas por políticas de planejamento e desenvolvimento urbanos.

A presença do comércio ambulante e dos pequenos negócios nos espaços populares *pacificados* enfrenta, de forma recorrente, conflitos e tensões entre o espaço planejado pelo poder público - com regras baseadas em fundamentos extremamente racionalizantes e origem em ideários de controle e *civilidade* - e normas estabelecidas na *vida cotidiana*.

A percepção de diferentes territorialidades e seus territórios de afirmação e resistência torna-se fundamental na adoção das estratégias de participação social e gestão compartilhada de políticas públicas de incentivo à economia popular que se baseiem em uma perspectiva emancipatória.

Muitas vezes, as políticas públicas de caráter participativo, direcionadas ao estabelecimento de alternativas de inclusão produtiva nos territórios populares, estabelecem diálogos com instâncias de

⁸ O empreendedorismo ou empresariamento urbano caracteriza-se pelo estabelecimento de parcerias público-privadas que buscam, mais acentuadamente, ganhos econômicos imediatos, através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, do que o desenvolvimento urbano e a melhoria das condições de vida de seus moradores. Analisando esta tendência, Harvey (1996) destaca que uma das estratégias adotadas na busca de aumento da produtividade e competitividade do espaço urbano é fornecida pela divisão espacial do consumo. Os incentivos nesse caso se concentram na qualidade de vida, na valorização de espaços, na inovação cultural e na elevação da qualidade estética (de acordo com parâmetros hegemônicos) do meio urbano.

representação que, de fato, não alcançam as dimensões da participação dos maiores interessados: os moradores e trabalhadores (as) dos pequenos negócios locais. É preciso situar este debate em perspectivas mais amplas que expõem os limites da democracia representativa na afirmação de fundamentos éticos-políticos sob os quais nos baseamos, tendo como referência autores como Souza (2006), que atribuem legitimidade aos instrumentos de planejamento e gestão urbana, na medida em que resultam de iniciativas de formulação, implementação e operacionalização, efetivamente, debatidas, deliberadas e monitoradas pela população.

Identifica-se, desta forma, a tendência à afirmação de um *tecnocentrismo de esquerda* nas diretrizes de fóruns e espaços institucionais de participação da sociedade civil, expresso por uma excessiva centralidade atribuída aos instrumentos e rotinas (planos, sistemas, certificações, leis e técnicas) de gestão pública. Percebe-se, na aplicação destes procedimentos, a insuficiência de discussões sobre a natureza de suas instâncias de decisão e as finalidades das políticas de desenvolvimento urbano que representam. A formulação e a implementação de instrumentos, planos e ações com caráter emancipatório e alcance redistributivo, depende de espaços de participação popular, esferas públicas de proposição, monitoramento e fiscalização. Além disso, é necessário que determinados temas e propostas alternativas de desenvolvimento tenham capilaridade, sejam amplamente divulgados e debatidos (Souza, 2006:34).

Em contraposição à visão hegemônica, da democracia enquanto regime essencialmente representativo, situamos a leitura e a proposição de políticas de incentivo aos circuitos produtivos populares no âmbito das formas autogestionárias que caracterizam as experiências de democracia direta.

Além de representar um fundamento societário que possibilite a radicalização da participação popular nos mecanismos de formulação e controle social sobre o desenvolvimento de políticas públicas (Castoriadis, 1983), as formações autogestionárias também são percebidas em seu potencial de ampliação dos processos de democratização econômica e de distribuição da riqueza, através do incentivo às práticas de trabalho associado. Os princípios de democracia, solidariedade e autonomia, que caracterizam a autogestão, podem contribuir na proposição de estratégias emancipatórias e contra-hegemônicas para a organização das experiências de economia popular, desenvolvidas como forma de resistência e sobrevivência por amplas camadas da população.

Este estudo também contextualiza essas iniciativas sob o enfoque da afirmação de uma nova cultura política democrática, que contemple processos de reconhecimento identitário no estabelecimento de esferas públicas de representação e negociação de ações políticas, programas e projetos alternativos de desenvolvimento. O recurso ao conceito de formação identitária, desenvolvido por Silva (2009), fornece uma contribuição relevante a implementação de condutas institucionais, no

âmbito da gestão pública, que valorizem o diálogo intercultural na compreensão das dimensões substantivas do econômico presentes nos pequenos negócios.

Nas últimas décadas, podemos identificar experiências de criação de secretarias e/ou coordenadorias de mulheres, juventude, igualdade racial, economia solidária e outras, em diferentes esferas governamentais, que embora pautadas por diretrizes originadas de mobilizações da sociedade civil nestes temas, apresentam limitações ao não considerar o inter-relacionamento entre diferentes categorias de pertencimento sociais e seus processos territoriais de afirmação. Usualmente, as formas de participação e consulta à sociedade ocorrem através dos espaços normativos pelos quais se institucionaliza a democracia, representado por conselhos, conferências e demais instâncias oficiais. Há o desafio de se abrir formas de diálogo mais horizontais, que contemplem experiências sociais de sujeitos articulados em torno de movimentos sociais, organizações comunitárias e outras instituições da sociedade civil, que possuem maior territorialização de suas ações e uma atuação mais pragmática em aspectos da vida cotidiana, em grande medida, dissociados destes espaços sistêmicos e normativos de afirmação do regime democrático representativo (Silva, 2009; Sader, 1988).

Nas duas áreas de estudo podemos identificar instâncias de representação, iniciativas de fomento, assessorias e práticas colaborativas entre aos trabalhadores (as) da economia popular, desenvolvidas com o apoio de organizações locais, em geral, dirigidas por moradores destes espaços. Também presenciamos a criação de fóruns, espaços de debates e de articulação destas experiências, que estabelecem um ambiente de trocas e de construção de conhecimento, partilhadas por representações sociais associadas aos contextos de vida dos seus praticantes e às racionalidades econômicas de são portadoras.

Os pequenos empreendimentos, compreendidos no âmbito da economia popular, apresentam características como: a utilização, fundamentalmente, da mão de obra familiar; relações de cooperação, vizinhança e proximidade; e a comercialização de produtos e serviços direcionados às demandas dos moradores dos territórios onde se inserem, configurando um *mercado socialmente necessário*⁹ à sobrevivência e à mobilidade social destes.

Em geral, as atividades pesquisados são abordadas na literatura socioeconômica como expressões do debate sobre a informalidade e das discussões em torno do conceito empreendedorismo. Neste segundo enfoque, enquadram-se um conjunto de medidas de assessoria e apoio voltadas à inclusão produtiva dos moradores. Percebe-se, nestas ações, a utilização de diretrizes que estabelecem

⁹ A denominação *mercado socialmente necessário* é proposta por Ribeiro (2005) para caracterizar a conformação de um ator contra-hegemônico que possa reunir as lutas dos ambulantes, dos comerciantes informais e das iniciativas de economia solidária e desenvolvimento local.

objetivos, metas e princípios formativos baseados em uma visão universalista da figura do empreendedor na sociedade e em um *tipo ideal* de empresa capitalista.

A definição de microempresa, no país, leva em consideração apenas aspectos que dizem respeito à escala de sua participação no mercado. Nestes critérios são elencados fatores relacionados à quantidade de empregados, faturamento, produtividade e infraestrutura tecnológica e patrimonial. No Brasil, duas legislações importantes instituem, com base nesses parâmetros, benefícios às micro e pequenas empresas. A primeira é o Simples Nacional, criado em 1996, que estabelece um tratamento diferenciado no campo tributário para estas organizações; o segundo, mais recente, é uma lei complementar a esta que simplifica o regime de tributação e de formalização, prevendo a criação do Microempreendedor Individual (MEI). O MEI é uma figura jurídica, constituída a partir de uma adaptação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em 2009, para empreendimentos que tenham faturamento anual de até R\$60.000. A legislação garante, além da formalização, os direitos previdenciários e o acesso a linhas especiais de crédito. A definição de micro e pequena empresa no Brasil, incluídas no Simples Nacional, abriga dois tipos de modalidades: 1) as microempresas com faturamento bruto de até R\$360 mil reais anuais; e 2) as pequenas empresas com faturamento bruto entre R\$ 360 mil reais e 3,6 milhões anuais.

As micro e pequenas empresas respondem, atualmente, por 95% de todos os estabelecimentos comerciais no país, e geram em torno de 16,6 milhões de empregos formais. No entanto, sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) é de apenas 20%, o que demonstra o elevado grau de concentração de mercado e de riquezas em torno de grandes corporações e multinacionais presenciado em nossa sociedade (OIT, 2014).

A partir das atividades de pesquisa e do diálogo com os estudos desenvolvidos por Hespanha (2009, 2010, 2011) consideramos que os elementos relacionados à escala são absolutamente insuficientes para se compreender as diferentes modalidades de micro e pequenas empresas, a diversidade de racionalidades econômicas e motivações subjacentes à abertura e funcionamento dos pequenos negócios no país.

O Censo Empresarial realizado pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, entre 2009 e 2010, no Complexo do Alemão, revelou a existência de 5367 empreendimentos populares no local. Deste universo, 92,3% funcionavam na informalidade e apenas 17,8% dos entrevistados manifestaram interesse em formalizar sua atividade. Dentre os principais motivos para a não formalização, foram apontados a não existência de uma necessidade imediata para tal, aspectos relacionados à falta de capital e à inadequação de um marco legal.

A Associação Comercial dos Micro e Pequenos Empresários da Cidade de Deus identificou a existência, em 2001, de 876 estabelecimentos comerciais em funcionamento na comunidade, dos quais

95% encontravam-se na informalidade. Atualmente, a organização estima a existência de cerca de 2 mil microempreendimentos presentes no local, tendo a figura jurídica do MEI como a mais difundida nos processos de formalização e contratação de trabalhadores (as), situação que correspondia a uma minoria dos pequenos negócios entrevistados ao longo da pesquisa.

O gráfico 1 apresenta os principais setores de atividades, pelos quais se distribuem os pequenos negócios presentes no Complexo do Alemão. Em relação à Cidade de Deus, não foi possível obter esta informação, em função da escassez de estudos e pesquisas sobre estas atividades nas favelas.

Figura 1 - Perfil dos Empreendimentos Econômicos Populares no Complexo do Alemão

Fonte: SEDH/RJ, 2010.

Figuras 2 e 3- Armarinho Dona Penha, um dos primeiros negócios abertos na Cidade de Deus, no início do seu processo de ocupação.

Fonte: a autora, 2015.

Com o processo de *pacificação*, nos territórios abordados neste estudo, instala-se um conjunto medidas de repressão ao comércio ambulante e informal, aliadas a ações de *fomento ao empreendedorismo*, baseadas em assessorias voltadas à legalização destas iniciativas, executadas, sobretudo, pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Em geral, as medidas que buscam regulamentar o exercício do comércio informal têm o apoio de instituições e agentes ligados ao Estado, envolvidos nas estratégias de ordenamento e uso dos espaços públicos e privados nas favelas *pacificadas*. Embora a legislação relativa ao MEI flexibilize exigências e reduza substancialmente os custos da formalização, a grande maioria dos pequenos negócios entrevistados ao longo da pesquisa se mantinha na informalidade. Dentre as principais dificuldades para se formalizar foram mencionadas: a ausência de contratos formais de locação e de escrituras de posse de imóveis; a impossibilidade de atendimento a normas sanitárias e de regularização dos serviços de água e energia elétrica; o pagamento de taxas; a escassez de recursos etc (Varanda, 2018).

Os programas e projetos de economia solidária⁷ tendiam a contemplar uma parcela muito pequena dos pequenos negócios desenvolvidos nas áreas de pesquisa, em segmentos relativos ao artesanato e à moda, em muitos casos, com um enfoque que direcionava a produção aos padrões dominantes de mercado e destinada à comercialização fora dos espaços populares. É preciso cautela para que estas iniciativas não terminem por reafirmar o domínio da estética hegemônica sobre a ética, que percebe o desenvolvimento humano em suas diferentes dimensões, reproduzindo, desta forma, lógicas de produção e consumo que contribuem para gerar mais desigualdades sociais e diferenciação interna nos territórios populares.

Essas ações, para se converterem efetivamente em alternativas de inclusão produtiva para participantes de programas sociais de transferência de renda, necessitam ampliar o diálogo com os segmentos econômicos nos quais estão inseridos os grupos sociais em maior situação de pobreza e vulnerabilidade na cidade. Um levantamento mais abrangente realizado em 40 favelas do município do Rio de Janeiro pelo IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), tendo por referência os dados do censo demográfico de 2000, releva a importância das atividades produtivas ligadas aos setores de comércio e de serviços, que respondem em conjunto por 97,3% dos empreendimentos ligados à economia popular nestes espaços e que, fundamentalmente, destinam-se ao atendimento das demandas

⁷ A economia solidária caracteriza-se por um conjunto de iniciativas de produção, consumo e comercialização fundamentadas em valores de sustentabilidade e de democracia nos planos econômico e político. No Brasil, a economia solidária ganha expressão enquanto movimento social a partir dos anos 90 e, mais recentemente, em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, vem sendo implantada através do incentivo e fomento ao desenvolvimento de políticas públicas em diferentes escalas. Contudo, a definição de empreendimento de economia solidária assumida institucionalmente no país guarda forte relação com os princípios cooperativistas, originados das lutas operárias em países europeus, sendo expressão da formação desta classe trabalhadora (Ribeiro; Melo, 2020).

dos seus moradores. Neste conjunto de atividades, 65% envolvem setores ligados à alimentação. A economia solidária, assim como as demais políticas de geração de renda executadas nos locais de estudo, necessita dialogar e experimentar novos formatos organizativos junto aos trabalhadores (as) dos principais segmentos que configuram as iniciativas de economia popular presentes nestes territórios.

Compreendemos que o conceito de economia solidária, assumido institucionalmente por programas e ações governamentais, careça de reformulações no sentido de incorporar outras acepções de solidariedade, cooperação e reciprocidade, permitindo estabelecer maiores vínculos com as suas expressões na vida comunitária, e, em suas manifestações na experiência prática do microempreendedorismo popular, tais como: no estabelecimento de espaços coletivos para a comercialização de produtos e serviços (eventos, feiras e mercados públicos), na realização de compras conjuntas, na utilização compartilhada de veículos na compra e distribuição de mercadorias, nas práticas de ajuda mútua, nos critérios utilizados na contratação força de trabalho, nas finalidades cumpridas pelos pequenos negócios (nomeadamente naquelas relativas à manutenção das estruturas familiares e não na acumulação de capital) e outras.

Para a adequada interpretação das singularidades assumidas por essas iniciativas econômicas torna-se fundamental, ainda, o estabelecimento de análises que inter-relacionem as dimensões étnico-raciais e de gênero ao entendimento das motivações, modalidades e justificativas para a abertura de um pequeno negócio dos espaços populares. Parte significativa das mulheres entrevistadas relatava a opção pelo trabalho por conta própria como uma alternativa de inserção econômica que lhes possibilitava maior realização profissional e ganhos em relação à convivência familiar, frente às práticas de exploração, discriminação, rigidez e precariedade a que estariam expostas em empregos formais e/ou assalariados¹⁰.

Esse é o caso da proprietária de um dos primeiros comércios abertos na Cidade de Deus, o *Armarinho Dona Penha*¹¹. Aos 67 anos, com o ensino fundamental incompleto, ela nos relatou sua trajetória, desde a ideia de montar o negócio, até os dias atuais. A entrevistada estava há quase 50 anos no local, vendendo os mesmos tipos de artigos, tendo ingressado no comércio popular como camelô, com uma barraca em frente ao valão localizado no final da rua em que se situa o empreendimento. Atualmente, a loja funciona no andar de baixo de sua casa e é formalizada como microempresa. Ela sempre trabalhou no comércio junto com seu marido, que faleceu há três anos. “Nunca tive empregado,

¹⁰ Mais da metade (57%) dos microempreendedores presentes em vinte favelas com UPP eram mulheres, de acordo com estudo realizado pelo IETS (2012).

¹¹ Agradeço a equipe do Centro Educacional Criança, Futuro e Adolescente, localizados na Cidade de Deus, em especial, a sua presidente, Ana Lúcia Pereira, por seu apoio na realização das atividades de pesquisa na comunidade.

aqui só a família mesmo”. No início ele trabalhava como gari, mas depois do empreendimento nunca mais procurou emprego formal. Antes de criar o empreendimento, a entrevistada trabalhou em “casa de família” na Gávea e sua motivação para se dedicar ao comércio foi o fato de poder ter um meio de sobrevivência estando próximo de casa e tendo mais tempo para “tomar conta de sua família”. Conforme esclarece: “Aqui não tinha linha de ônibus, não tinha creche para deixar os filhos. Eu achava muito longe ter que ir trabalhar lá fora. Tinha que inventar alguma coisa, né?!”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho autônomo e por conta própria, expresso pela abertura de pequenos negócios nas favelas, representa um traço característico do processo de ocupação e produção deste espaço, não podendo ser compreendido de forma dissociada dos hábitos e contextos de vida de seus moradores. A manutenção e as medidas de incentivo a estas atividades enfrentam disputas com concepções e modos específicos de controle e de apropriação simbólica e econômica de lugares manifestados nas políticas de segurança e desenvolvimento urbanos.

Na análise destes processos, buscamos demonstrar as relações entre economia popular e produção social do espaço urbano, através de leituras que permitam contribuir na criação de canais efetivos de diálogo com as demandas e anseios destes trabalhadores e trabalhadoras. Neste aspecto, nossas referências fundamentam-se em autores vinculados ao pensamento crítico libertário, na identificação e reflexão sobre diretrizes que possam afirmar princípios de radicalização democrática, autonomia e autogestão.

Compreendemos que as concepções e práticas de incentivo à economia popular, desenvolvidas por diferentes instituições e baseadas no horizonte ético da autonomia e da emancipação dos sujeitos, devem encontrar forte diálogo com as organizações sociais e produtivas que emergem como formas de resistência e apropriação do espaço, desenvolvidas pelos moradores dos territórios populares.

Outra questão importante, revelada durante a pesquisa, se refere às lacunas evidenciadas do ponto de vista da existência de diagnósticos sobre estas experiências, programas e políticas públicas que considerem a pluralidade de modalidades e racionalidades econômicas de que são portadoras. De uma maneira geral, as políticas sociais de inclusão produtiva desenvolvidas nas áreas de pesquisa tendem a dissociar a dimensão econômica dos pequenos empreendimentos de seu universo familiar, sociocultural e comunitário, tornando invisíveis aspectos relevantes subjacentes às motivações e justificativas para o desempenho destas atividades.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou Barbárie**. O conteúdo do socialismo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HALL, Stuart. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In.: THOMPSON, Kenneth (ed.). **Media and cultural regulation**. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, nº39 p.48-64, 1996.

HESPANHA, P. Economia solidária de raiz popular: a fase adulta de uma metamorfose? In: HESPANHA, Pedro; MENDONÇA, Aline. *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina/CES, 2011.

_____. Microempreendedorismo popular e economia solidária: o sentido de uma mudança. *Otra Economia*. Revista Latino Americana de Economia Social e Solidária. 4 (7), p.111-130, 2010.

_____. Microempreendedorismo. In: CATTANI, Antônio et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

INFORMALIDADE e cidadania. 1997. **Empreendimentos informais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBASE.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NERY, Salete. Artesanato e luxo: entre autenticidade e as trocas comerciais. . In: ALVES, Elder P. Maia (org). **Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. Maceió: Edufal, 2011.

PITOMBO, Mariella. A diferença como bem universal. In: ALVES, Elder P. Maia (org). **Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. Maceió: Edufal, 2011.

QUIJANO, Aníbal. ¿Del “polo marginal” a la “economía alternativa”? In: _____. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

OIT. Políticas para la formalización de las micro y pequeñas empresas en Brasil. In: OIT. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe**. Peru: OIT, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado e território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas, 2003.

RIBERO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. 10º, 2005, São Paulo. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p.12458-12470.

RIBEIRO, J. X. P.; MELO, A. A. DE O. Princípios cooperativistas na percepção dos associados: estudo de caso em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais. **Latin American Journal of Development**, v. 2, n. 1, p. 2-23, 17 Aug. 2020.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores do grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS (SEDH). **Censo empresarial das favelas**. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Direitos Humanos, 2010.

SOUZA, Marcelo José. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 2000. In: CASTRO, I. E. et all (orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **A prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SEAN, Mitchell. Bio-Politics and Sovereignty. In:_____ **Governmentality Power and Rull in Modern Society**. London: SAGE Publications it, 2008.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da Silva. **Sociedade da Diferença**: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2009.

SILVEIRA, Maria Adélia de Souza. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: Dias, Leila Christina; Ferrari, Maristela. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ICAZA, A. e TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATANI, Antônio. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

VARANDA, Ana Paula de M. **Gênero e práticas econômicas comunitárias na produção do espaço das favelas no Rio de Janeiro**. Curitiba: Appris, 2018.

VIVA FAVELA. Rio de Janeiro: 2001. **Cidade de Deus: o Saara de Jacarepaguá**. Disponível em:http://novo.vivafavela.com.br/publico/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&infoid=1557&from_info_index=2121. Acesso em: 17 de jun. de 2013.